Destinatário: Ministro da Defesa Nacional

Assunto: Presença de embarcações suspeitas de ligação ao narcotráfico nas Ilhas Selvagens e necessidade de reforço da vigilância, patrulhamento e proteção dos profissionais destacados na reserva

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Chegaram ao conhecimento do grupo parlamentar do CHEGA informações particularmente preocupantes relativas à presença de embarcações suspeitas de ligação a redes internacionais de narcotráfico nas Ilhas Selvagens, território integrante da Região Autónoma da Madeira, cuja localização geográfica e isolamento tornam especialmente exigente a fiscalização das águas circundantes e a proteção dos profissionais que ali desempenham funções.

De acordo com as informações recebidas, durante a semana passada, duas lanchas rápidas, alegadamente associadas a atividades de tráfico internacional de estupefacientes, terão permanecido nas imediações das Ilhas Selvagens entre domingo e quarta-feira, utilizando aquele território como ponto de paragem, abrigo ou apoio logístico. A presença destas embarcações terá sido detetada por profissionais que trabalham na reserva, incluindo vigilantes da natureza, tendo sido recolhidos registos fotográficos da situação.

Para conhecimento e apreciação do Ministério da Defesa Nacional, junta-se em anexo uma fotografia da ocorrência, captada à distância por vigilantes da natureza destacados nas Ilhas Selvagens, podendo ser disponibilizados outros registos fotográficos, caso se revelem necessários ao esclarecimento dos factos e ao desenvolvimento das diligências consideradas pertinentes.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de São Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

Embora a eventual ligação destas embarcações a organizações criminosas careça de confirmação pelas autoridades competentes, a possibilidade de território português estar a ser utilizado como ponto de apoio por redes internacionais de narcotráfico constitui matéria de inequívoca gravidade, exigindo uma resposta institucional célere, coordenada e proporcional aos riscos identificados.

A preocupação é reforçada pela recente operação da Polícia Marítima na Reserva Natural das Berlengas, realizada no passado dia 13 de novembro, da qual resultaram, segundo as informações divulgadas, a apreensão de uma lancha rápida e a detenção de quatro cidadãos espanhóis, tendo outras três embarcações conseguido colocar-se em fuga. Este episódio evidencia a necessidade de uma atenção particularmente rigorosa às movimentações de embarcações rápidas em zonas marítimas isoladas, suscetíveis de serem utilizadas para atividades criminosas transnacionais.

No caso concreto das Ilhas Selvagens, acresce uma dimensão particularmente sensível, nomeadamente a segurança dos vigilantes da natureza e dos restantes profissionais que permanecem naquele território, frequentemente afastados de meios de socorro, proteção e intervenção imediata. A eventual presença prolongada de indivíduos associados a atividades criminosas, sem capacidade adequada de resposta por parte das autoridades, representa um risco significativo para a integridade destes trabalhadores.

Importa, por isso, esclarecer quais os mecanismos de vigilância e patrulhamento atualmente assegurados pelas Forças Armadas naquela área, designadamente pela Marinha Portuguesa, qual a capacidade de deteção e acompanhamento de embarcações suspeitas e que procedimentos existem para garantir uma intervenção atempada sempre que sejam identificadas situações potencialmente perigosas.

O grupo parlamentar do CHEGA considera inaceitável que a distância geográfica ou as dificuldades operacionais possam traduzir-se numa menor capacidade do Estado para exercer a sua autoridade sobre o território nacional e proteger aqueles que nele desempenham funções públicas, pois considera que a soberania portuguesa não pode

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de São Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

ser afirmada apenas no plano jurídico ou institucional, exigindo uma presença efetiva, meios adequados e capacidade de resposta perante ameaças à segurança.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições constitucionalmente e regimentalmente aplicáveis, os deputados do grupo parlamentar do CHEGA, abaixo-assinados, vêm, por este meio, requerer que o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, por intermédio de Vossa Excelência, se digne responder às seguintes perguntas:

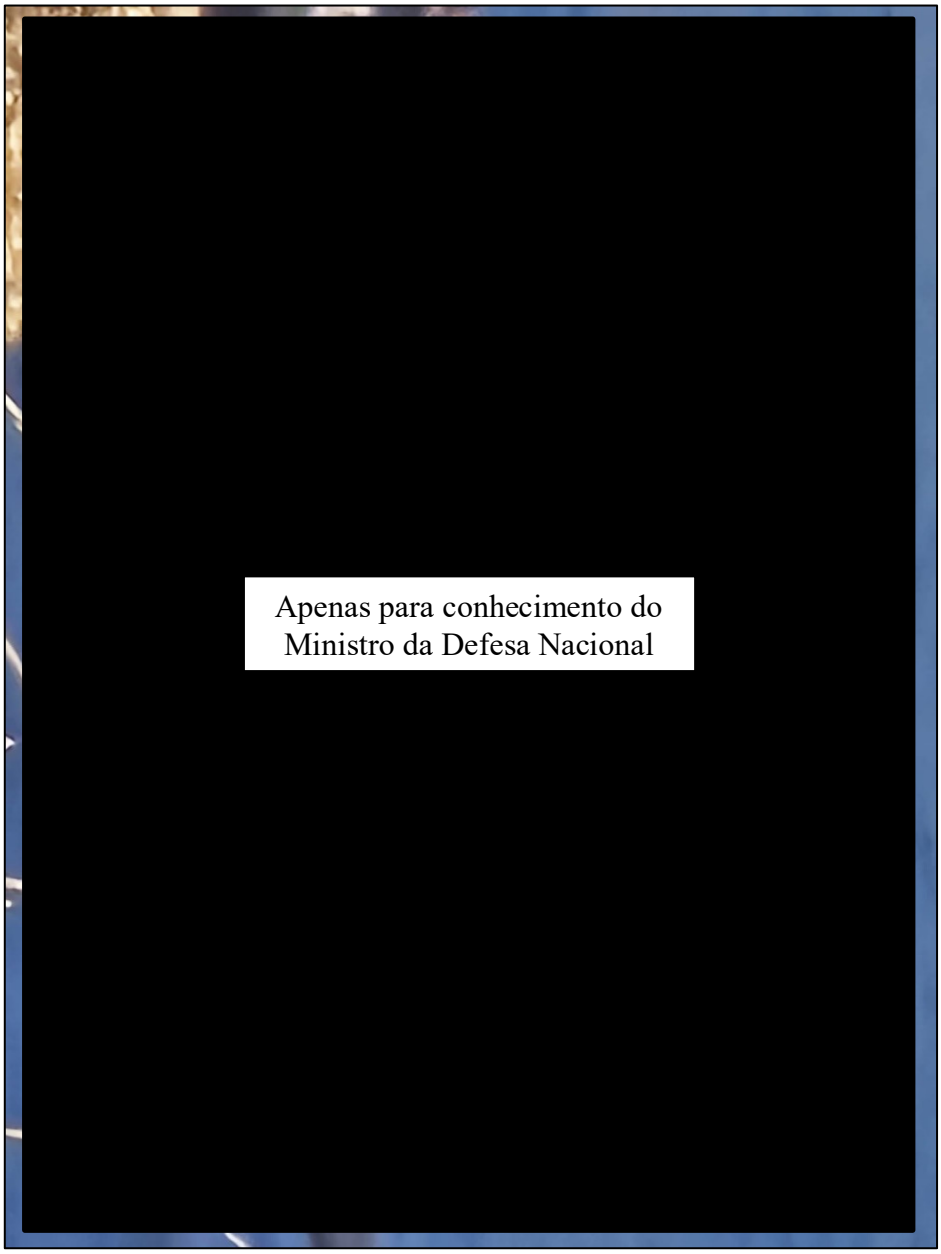
1. Tem o Ministério da Defesa Nacional conhecimento da alegada presença de duas lanchas rápidas suspeitas de ligação a redes internacionais de narcotráfico nas imediações das Ilhas Selvagens, durante quatro dias consecutivos?
2. Em caso afirmativo, que informações foram recolhidas pelas autoridades militares, que diligências foram realizadas para identificar as embarcações e os seus ocupantes e que resultados foram obtidos?
3. Que meios navais, aéreos e tecnológicos estão atualmente afetos à vigilância e ao patrulhamento das Ilhas Selvagens e respetivas águas circundantes, com que regularidade são realizadas operações naquela zona e que mecanismos existem para garantir a segurança dos vigilantes da natureza e dos restantes profissionais destacados na reserva, nomeadamente perante a presença de indivíduos potencialmente associados a organizações criminosas?
4. Considerando a gravidade das informações transmitidas e a vulnerabilidade decorrente do isolamento geográfico das Ilhas Selvagens, pretende o Governo determinar diligências específicas para investigar a ocorrência denunciada e reforçar, com caráter de urgência, a vigilância, o patrulhamento e a capacidade de intervenção das autoridades militares naquela área, de modo a impedir a sua eventual utilização por redes internacionais de narcotráfico e garantir a proteção efetiva dos profissionais que ali desempenham funções?
5. Em caso afirmativo, que medidas concretas serão adotadas e em que prazo?

Com os nossos cordiais cumprimentos.

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2026

Os deputados do grupo parlamentar do CHEGA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de São Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt